

EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E AUTONOMIA: A CRIAÇÃO DO JOGO COMO UMA POSSIBILIDADE PEDAGÓGICA

Anoel Fernandes¹

RESUMO

O objetivo desse estudo é realizar um levantamento sobre como a Educação Física escolar vem tratando o tema aquisição da autonomia, propor uma reflexão sobre a conquista da autonomia, e relatar uma experiência da criação de jogos por alunos da 4ª série. Os resultados nos apontam que não há como mensurar quantitativamente o quanto essas vivências autônomas influenciam a vida das pessoas, mas também nos parece bem claro que só se conquista autonomia se a oportunidade de exercê-la for estimulada, e a criação de jogos por alunos pode proporcionar vivências em que o aluno defronta-se com situações problemas, que poderão facilitar no seu processo de aquisição da autonomia.

Palavras-chave: Educação Física Escolar; Autonomia; Criação de jogos.

ABSTRACT

The objective of this study is to make a survey about how School Physical Education have dealt with the subject acquisition of autonomy, to propose a reflection about autonomy conquest and to give an account of an experience of creation of games by students from grade 4th. The results point to us that there is not a way to measure how much these autonomous experiences influence people life, but it also seems evident for us that autonomy is just gotten if the opportunity to practice it was encouraged, and creation of games by students can provide experiences where the student faces problem-situations that will be able to facilitate his/her autonomy acquisition process.

Key-words: Scholl Physical Education, autonomy, creation of games.

Introdução

A Educação Física Escolar vem numa constante busca de romper com os modelos tradicionais que permearam esta área de estudo até meados dos anos 80. Darido (2003) destaca que é nesse momento que a Educação Física passa por um período de valorização dos conhecimentos produzidos pela ciência.

A partir desse enfoque dado à Educação Física de ciência com corpo próprio de conhecimento, começa a surgir algumas abordagens pedagógicas da Educação Física Escolar. Conforme Darido (2003) todas essas abordagens tem algumas divergências, mais possuem um ponto em comum, todas estão em oposição à vertente tecnicista, esportivista e biologicista até então predominantes na Educação Física Escolar.

Embora essas novas abordagens da Educação Física Escolar são advindas de proposições teóricas diferenciadas, todos trazem relevantes contribuições para uma prática pedagógica na escola mais humanista, mais inclusiva, enfim uma Educação Física que vise à formação para a cidadania, e que procure incluir todos os alunos nas diversas manifestações corporais propostas durante as aulas.

Outro ponto comum dentre essas abordagens é a referida busca pela autonomia dos alunos nas aulas de Educação Física, autonomia esta que não deve ficar somente nas aulas, mais sim, formar o indivíduo que vai usufruir no seu tempo livre dos conteúdos aprendidos nas aulas de Educação Física por toda vida.

A autonomia é um dos objetivos centrais da Educação Física na escola, mais precisamente a formação de um aluno autônomo nas várias manifestações da cultura corporal vivenciadas na escola. A Educação Física na escola deve ter como meta ao final da escolarização básica, a formação do aluno que vai ter autonomia para usufruir o seu tempo de lazer, em benefício da sua qualidade de vida e ser crítico quanto ao consumismo.

Betti (1992, p.285) nos coloca que entre os objetivos da Educação Física na Educação Básica “é a formação do cidadão autônomo que vai usufruir partilhar, produzir, reproduzir e transformar as formas culturais de atividade física (o jogo, o esporte, a ginástica, a dança...)”.

No entanto, Resende (1995) ao mencionar a questão das influências das novas tendências da Educação Física na escola afirma que:

existe um grupo com intenções renovadoras relacionado ao movimento de críticas às tendências pedagógicas manifestadas no ensino da Educação Física Escolar, mas cabe ressaltar que essas tendências, fundamentalmente inspiradas na aptidão física e no desporto de alto rendimento, ainda são predominantes no contexto da prática profissional em questão (RESENDE, 1995,p.72).

Embora já tenha passado mais de uma década dessa afirmação não devemos despreza – lá, e torna pertinente refletir sobre a lacuna existente entre a produção teórica e a realidade prática do professor na escola.

Todos os autores que se desdobraram na difícil tarefa de apresentar novas propostas à Educação Física desde meados dos anos 80, estão sugerindo várias transformações de ordem didático-pedagógica. Porém, apesar de um número relevante de propostas, ainda é nítido a dificuldade de encontrar meios para que os discursos acadêmicos cheguem até a escola, e assim consiga atingir o centro da discussão que é o ensino e a formação do aluno, sendo que nesse trabalho me proponho a relatar uma experiência, com o intuito de aproximar o conhecimento teórico com a realidade prática.

METODOLOGIA

Conforme Marconi e Lakatos (2003), utilizarei da técnica de pesquisa bibliográfica, utilizando as fontes bibliográficas do tipo de publicações, encontradas em livros, artigos, publicações avulsas, etc. Após a revisão teórica relato uma experiência da criação de jogos por alunos da 4ª série.

A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E A AUTONOMIA: ALGUMAS REFLEXÕES

Para tornar o conceito de autonomia mais claro, partimos de algumas definições do termo autonomia, segundo Aurélio (2001, p.77) em seu minidicionário, “autonomia significa liberdade de governar por si próprio e ter independência”. De acordo com (FREIRE E SCAGLIA, 2003) a autonomia pode ser compreendida como a capacidade de se autogovernar.

Conforme Kamii (1991), autonomia significa ser governado por si próprio, ela não é o mesmo que liberdade completa: significa levar em consideração os fatores relevantes para decidir e agir da melhor forma para todos, ser capaz de considerar os fatores relevantes para decidir qual deve ser o melhor caminho da ação.

Santana e Reis (2006) enfatizam em seu estudo que o esporte (entendemos nesse caso a Educação Física na escola) tem que proporcionar um elemento facilitador da conquista da autonomia, sendo a autonomia compreendida:

como governar-se a si mesmo, mas referenciado no outro. Significa dizer que a pessoa autônoma decida a favor da sua vida e da vida das outras pessoas. Autonomia, portanto, não é fazer aquilo que se deseja independente de isto representar perdas coletivas (SANTANA e REIS, 2006, p.136).

Freire (1996, p.94), sabiamente nos diz que “o essencial nas relações entre educador e educando, entre autoridade e liberdade, entre pais e filhos, é a reinvenção do ser humano no aprendizado de sua autonomia”.

Todo o trato com o termo “aquisição da autonomia” se dá em torno do aluno que vai através de um processo de ensino–aprendizagem apropriar–se de um novo conhecimento que ainda não tinha, ou seja, a passagem de um estágio de observação ou reprodução para um estágio de produção e criatividade.

Ao mencionar sobre a passagem da heteronomia para a autonomia Piaget (1994), afirma que:

um indivíduo estará, por exemplo, no estágio da autonomia no que se refere à prática de determinado grupo de regras, permanecendo a consciência dessas regras ainda mais eivada de heteronomia, de mesma forma que a prática de outras regras mais refinadas: portanto, não poderíamos falar de estágios globais caracterizados pela autonomia ou

pela heteronomia, mas apenas de fases de heteronomia e de autonomia, definindo um processo que se repete a propósito de cada novo conjunto de regras ou de cada novo plano de consciência ou de reflexão (PIAGET,1994,p.75).

Boaventura (2007) nos esclarece que muitas vezes o professor reforça a heteronomia dos alunos, quando ele (professor) centra demasiadamente as decisões, e afirma que o professor deve estar atento mediante atitudes autoritárias, procurando sempre educar visando às decisões e atitudes democráticas, dando ênfase à participação de todos, contribuindo assim para o desenvolvimento do cidadão pleno e autônomo.

Conforme Santana e Reis (2006), educar para a autonomia é caracterizar o ambiente escolar em uma esfera cooperativa, tendo como fontes o respeito mútuo a reciprocidade e a cooperação, por sua vez, o ambiente para a heteronomia é o de coação para a conservação da obediência.

Ao discorrer sobre autonomia e heteronomia quando se trabalha com crianças, Freire (1996) enfatiza que o professor deve estar atento à difícil passagem ou caminhada da heteronomia para a autonomia, atento à responsabilidade de que sua presença deve auxiliar e perturbar a busca inquieta dos educandos.

Torna-se relevante, portanto, a discussão em torno da relação professor-aluno, às situações didático-pedagógicas utilizadas pelo professor, pode colocar o aluno como participante ativo ou mero coadjuvante nas aulas, as relações e situações pedagógicas proporcionadas em aula serão determinantes no tipo de alunos que iremos formar, ou seja, se o professor for o centralizador do saber e os alunos meros repetidores de movimentos, dificilmente esses alunos serão autônomos nas manifestações corporais aprendidas na escola.

Darido (et al., 2005) ao mencionar algumas situações que podem favorecer a autonomia nos coloca que:

a autonomia dos alunos pode ser estimulada quando o professor lhes oferece possibilidades de escolherem os times, definirem os agrupamentos, distribuí-los pelo espaço, participarem da construção e adequação de materiais, da elaboração e modificação de regras, enfim quando estimula o aluno a participar das discussões e reflexões em aula (DARIDO,2005,p. 40-41).

Galvão (1996) propôs a criação e modificação de jogos por alunos de 1ª e 2ª série e afirmou que levar as pessoas à autonomia deveria ser uma das principais metas da educação, e o jogo apareceria, então, como um dos mais apropriados meios para se conduzir a essa autonomia, pois através dele é possível formar sujeitos capazes de cooperar, de questionar, criticar e transformar.

Com base nessas discussões, vou relatar a seguir uma experiência da criação de jogos por alunos de 4ª série, tendo como objetivo central as vivências proporcionadas nas aulas e a aprendizagem e formação do aluno, norteado pelas idéias de Freire (1996, p.22) de que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou a sua construção”.

Deve-se esclarecer que nesse relato não se teve a intenção de trabalhar dentro dessa ou daquela abordagem pedagógica, dessa forma, não me nortearei por uma abordagem específica da Educação Física. No entanto, venho me apropriando das diversas teorias para me fundamentar numa prática pedagógica que venha de encontro com as necessidades do meu cotidiano na escola, sendo que a iniciativa de propor a criação de jogos pelos alunos teve o intuito de promover vivências que facilitam a aquisição da autonomia.

A CRIAÇÃO DE JOGOS POR ALUNOS DE 4ª SÉRIE

A seguir vou relatar a experiência que realizei na escola EE Profº José Carlos de Ataliba Nogueira no município de Campinas, sendo que esta unidade escolar está vinculada à rede pública estadual, pertencente à Diretoria de Ensino Campinas Oeste.

Realizei em (2007) com quatro turmas de quarta série a criação de jogos pelos alunos, onde partimos da definição inicial de jogo e esporte. Através de discussões chegamos à definição de que os jogos realizados nas aulas de Educação Física eram diferentes dos esportes que assistiam pela televisão.

Após essas definições realizamos um levantamento dos jogos que os alunos já haviam realizados nas aulas de Educação Física, e também dos jogos que aprenderam fora da escola. Como sugestão para a aula seguinte, foi solicitado que procurassem com pessoas de seu convívio (pais, irmãos, tios, primos, avós) jogos que eles conheciam e realizavam quando eram crianças e os jogos que apresentassem alguma novidade seriam realizados na aula seguinte.

Alguns alunos trouxeram alguns jogos e explicaram para o grupo de colegas que realizaram, sendo que alguns desses jogos já eram conhecidos por parte da turma, não havendo nenhum jogo totalmente desconhecido dos grupos de alunos, e sim, jogos iguais com denominações diferentes.

Após essas aulas de resgate de jogos, solicitei na aula seguinte que os alunos se organizassem em grupos de cinco ou seis alunos (organizei essa semana para que as aulas fossem duplas), onde ficou determinado que cada grupo fosse responsável pela criação de um jogo, suas regras e o nome desse jogo. Os grupos de alunos ficaram espalhados pela quadra, e sempre que havia dúvidas ou conflitos de opiniões me solicitavam, alimentando mais ainda a discussão para despertar a capacidade de resolverem problemas em grupo.

Ao final da aula os grupos expuseram os jogos que elaboraram suas regras, o material necessário e o nome do jogo, onde os demais alunos eram por mim estimulados a refletir sobre alguns pontos que não estavam bem definidos no desenvolvimento do jogo, e suas respectivas regras, sendo que no final da discussão chegávamos a um consenso de como seria realizado aquele jogo.

Após o término das discussões cada grupo descreveu o nome do jogo que criaram, assim como seria sua realização, combinamos então que cada jogo seria realizado durante uma aula.

Durante a realização dos jogos, o grupo responsável pelo jogo que seria realizado naquela aula, explicava aos demais alunos da turma como seria o jogo, suas regras, e a forma que os demais deveriam se organizar para a realização, onde sempre que havia dúvidas na forma de realização, nas regras e nas alterações indicadas por algum colega de sala, eram por mim estimulados a discutirem as possíveis soluções para as questões levantadas.

Quando todos os grupos já haviam realizado os jogos por eles criados, foi solicitado que cada grupo propusesse uma alteração no modo de jogar de algum jogo que a turma tinha realizado. Realizamos também o jogo criado e modificado pelos alunos.

Vale ressaltar alguns pontos relevantes nesse processo:

- a criação de diversos jogos interessantes pelos alunos, através da oportunidade de criação que lhes foram dadas;
- a estimulação da experiência de escolha, e por conseguinte, de autonomia que os alunos tiveram durante o processo;
- participação de todos os alunos, sendo que até mesmo aqueles com alguma restrição médica, participaram ativamente na construção do jogo e na sua explicação;
- alunos adotando o diálogo como forma de organizar-se coletivamente, tomar decisões e solucionar conflitos;
- a valorização do grupo de alunos pelos jogos dos colegas, assim como o entusiasmo para a realização dos jogos por eles criados.
- a valorização das aulas, através do comprometimento dos alunos com a realização dos jogos por eles criados.
- A incitação dos alunos à criação e compreensão, ao invés de receberem o conhecimento na íntegra, foram participantes ativos do processo.

Ao término do processo construímos um pequeno livro de jogos que a sala tinha criado com os devidos autores, e cada grupo construiu um painel ilustrando o jogo que criaram, e também como era sua realização.

Vale destacar que esse processo de criação de jogos por alunos pode facilitar a aquisição da autonomia, pois os alunos foram colocados a situações – problemas e tiveram que buscar soluções através do diálogo, de comparação, de hipotetização, e estabelecimento de relações grupais, num ambiente lúdico, com a oportunidade de escolha, que são situações nas quais os alunos são conduzidos a serem o centro do processo de aprendizagem.

Embora não haja como mensurar quantitativamente se essas situações didáticas – pedagógicas auxiliam para a formação do aluno autônomo, concordo com (VALENTINI, 2001, p.185) de que “as experiências de autonomia são primordiais, para que a experiência de autonomia seja efetiva, o direito de escolher deve ser garantido”, e a criação do jogo pelos alunos foi uma experiência que os mesmos tiveram a oportunidade de escolher.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se a Educação Física tem suas funções na escola, parece que fica claro que uma das principais é tornar o aluno autônomo nas diversas manifestações corporais. Para que isso ocorra às aulas não podem ser repetições mecânicas de movimentos, nem o professor como o centralizador do conhecimento, onde os alunos são reprodutores de seus ensinamentos. Nessas situações não há espaço para criação, não há situações-problemas, não há discordância, não existe o diálogo como forma de mediar conflitos, enfim só existem situações padrões a serem reproduzidas.

Parece-nos evidente que esse modelo de aula, não é o que favorecerá a conquista da autonomia para o indivíduo poder usufruir dos conteúdos aprendidos nas aulas de Educação Física, por isso, as aulas devem promover vivências coletivas que estimulem o desenvolvimento autônomo dos alunos nas diversas manifestações corporais.

La Tayle (1992, p.62), afirma que “para favorecer a conquista da autonomia, a escola precisa respeitar e aproveitar as relações de cooperação que espontaneamente nascem das relações entre crianças”. Essas relações de cooperação, dificilmente terão lugar num ambiente de coerção e de transferência de conhecimento, no que Freire (2005) afirmou ser uma educação “bancária”, onde o educador deposita e transfere os conhecimentos e valores para os educandos.

Ao posicionar-se sobre a relação professor-aluno e autonomia Freire (1996) destaca que a autonomia vai se constituindo de várias decisões que vão sendo tomadas, sendo que uma pedagogia para a autonomia deve estar centrada em experiências estimuladoras da decisão, e em experiências respeitadas de liberdade.

Santana e Reis (2006) nos colocam que educar para a autonomia se dá a partir de condutas simples na qual o educador:

sensibiliza as crianças a pegar, guardar e cuidar dos materiais; oportuniza escolhas; estimula as crianças a reunirem em grupos; propicia momentos para que elas construam regras e selem acordos; proporciona momentos para conversarem entre si e elaborarem estratégias; não dá respostas prontas e provoca conflitos cognitivos que gerem o desequilíbrio cognitivo e o desejo pela busca de soluções(SANTANA e REIS, 2006, p.148)

Parece-nos claro que as vivências autônomas realizadas nas aulas, são de grande validade para a formação do aluno, e que talvez não mostrem os resultados imediatos, e não tenha como mensurar esses resultados por não acompanharmos a vida das pessoas depois do período de escolarização, mas também nos torna nítido que só se conquista autonomia se a oportunidade de exercê-la for estimulada, cabendo dessa forma ao professor proporcionar situações facilitadoras para a aquisição da autonomia durante o período de escolarização.

A criação de jogos por alunos é uma vivencia que o professor atua como mediador do conhecimento, não sendo um transferidor do conhecimento, propondo aos alunos situações – problemas num ambiente lúdico, onde os alunos terão possibilidades de escolha e criação, de produzirem e participarem ativamente da construção de seus conhecimentos, através de vivencias coletivas, estimulando dessa forma às tomadas de decisões: vivencias estas que podem facilitar a aquisição da autonomia.

REFERÊNCIAS

BETTI, M., **Ensino de primeiro e segundo graus: Educação Física para que?** Revista Brasileira de Ciências do Esporte. Maringá. v.13,n2,p.282-287 , jan. 1992.

BOAVENTURA, E. **Educação Física para a Autonomia: construção de possibilidades metodológicas**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Motricidade)-Universidade Estadual Paulista, Departamento de Educação Física, Rio Claro: Unesp, 2007.

DARIDO, S.C. **Educação Física na escola: questões e reflexões**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

DARIDO, S.C., RANGEL, I.C.A. **Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

FREIRE, J.B. SCAGLIA A. J. **Educação como prática corporal**. São Paulo: Scipione, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2005, 46ª edição.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALVÃO, Z. A construção do jogo na escola. *Motriz*, v.2, n.2, p.106-109, 1996. KAMII, C. A criança e o número: implicação educacionalista da teoria de Piaget para a atuação junto a escolares de 4 a 6 anos. (Campinas, São Paulo: Papirus, 1991).

LA TAYLLE, Y., Piaget, Vygotsky, Wallon: **teorias psicogenéticas em discussão** - São Paulo: Summus, 1992.

MARCONI, M de A.; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia Científica**, 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2003.

PIAGET, J. **O juízo moral na criança**; Tradução Elzon Lenardon-São Paulo: Summus, 1994.

RESENDE, H.G. SOARES. Necessidades da Educação Motora na escola. In: DE MARCO, A (org). **Pensando a Educação Motora**. Campinas, SP: 1995. – (Coleção Corpo & Motricidade).

SANTANA, W.C. e REIS H.B. A pedagogia do esporte e o desafio de educar para a autonomia. In: MOREIRA, E.C. (org). **Educação Física Escolar – Desafios e propostas**. Jundiaí, SP: 2006 – Editora Fontoura.

VALENTINI, N.C. **Competência e autonomia: desafios para a Educação Física Escolar**. *Rev. bras. Educ. Fís. Esp.*, São Paulo, v.20 , p.185-87, set.2006. Suplemento n.5.

¹ Rede pública estadual
LETPEF/UNESP/RC
Mestrando em Educação PUC/SP